RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 06/2023

DATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA: 21/03/2023

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: SUZY MARY DE CARVALHO VIEIRA

(X) TITULAR () SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL

DO JÚRI DE ARACAJU

DISTRITO(S): Não há

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	15/09/2003		
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	27/05/2019		
1.3 Atribuições	Judiciais: Processos Criminais		
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)		
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses			
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? Não (X)		
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()		
1.8 Endereço Residencial	Avenida Oviedo Teixeira, 120, Edifício Margarida Diniz Franco. Apt. 801, Bairro Jardins, Aracaju-Sergipe.		
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: Data: Não (X)		
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)		
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano			



1.12 Observações da Corregedoria Geral

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA

2.1 Servidores	Nome: - Grace de Oliveira Souza – Técnico Administrativo; - Rodrigo Muniz de Melo – Analista de Direito; - Beatriz Lima Andrade – Estagiária de Pós-Graduação.	
2.2 A estrutura de apoio é	(X) Satisfatória () Insuficiente Observações:	
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	Sim (X) Não () Observações:	
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	07:00 às 14:00h	
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	07:00 às 14:00h	
2.6 O atendimento ao público também é realizado por intermédio de quais meios?	(X) telefone (X) e-mail institucional	
2.7 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	01	
2.8 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)		
2.9 Dias de realização de audiências judiciais	Todos os dias	
2.10 A internet está funcionando a contento	Sim (X) Não () Observações:	
2.11 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	(X) Quando do recebimento dos autos para manifestação () Outra forma de controle. Qual?	
2.12 Forma de controle de recebimento e devolução de processos eleitorais	Sem Atuação	
2.13 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Promotoria	(X) Ofícios recebidos. (X) Ofícios expedidos. () Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria-Geral de Justiça,	

	prregedoria-Geral e Coordenadoria-Geral.) Portarias de Procedimento Administrativo eparatório e Inquérito Civil instaurados.) Controle de atendimento ao público.) TAC's homologados.) Guias do Sistema Arquimedes.) Autos de Prisão em Flagrante.) Peças Processuais elaboradas na Promotoria.) Eleitoral.) Livro de carga/protocolo. pia de preenchimento dos formulários – sistemas do P e CNMP) Visitas a Delegacias (X) CITT () Visitas a tidades de acolhimento de crianças e/ou idosos) Visitas a Presídios) Visitas a unidades socioeducativas) Outros. pecificar:	
2.14 Equipamentos existentes na Promotoria	(04) quantidade de computadores (01) quantidade de impressoras (01) quantidade de scanners () outros equipamentos. Especificar: 03 telefones	
2.15 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	S PROEJ: Sim (X) Não () MPJUD: Sim (X) Não () SEEU: Sim () Não (X) SCP (TJSE): Sim (X) Não () CITT: Sim (X) Não () IDEPOL: Sim () Não (X)	
2.16 A Promotoria, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP		
2.17 A Promotoria, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso "Favela Nova Brasília" 1		

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na	(X) Sim
Comarca	() Não
Existe Defensor Público na	(X) Sim
Comarca	() Não
Existe Delegado de Polícia na	(X) Sim
Comarca	() Não
Como é feito o atendimento	(X) Satisfatório

Abster-se de utilizar os termos "oposição ou resistência à ação policial" e usar a expressão "lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial".

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 - Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia

Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

de diligências pela Autoridade	() Insatisfatório
Policial	Observações:
relacionamento com as	(X) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

	TABELA 01 (Certidão cartorária – Anexo 02)		
Local	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
5ª Vara Criminal de Aracaju	14	0	244

	TABELA 02 – processos criminais (Certidão cartorária – Anexo 02)		
Local	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
5ª Vara Criminal de Aracaju	148	244	33

	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos		
Local	(Certidão cartorária)		
Locus	Quantidade de	Quantidade de	
	Inquéritos/processos	Inquéritos/processos remetidos	
	remetidos ao MP	ao MP há mais de 30 dias	
5ª Vara Criminal	19	11	
de Aracaiu	19	11	

TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias				
Número do Processo Data da remessa ao MP		Data do último movimento		
202120500434	14/09/2022	06/03/2023		
202120500088	03/10/2022	06/03/2023		
202220500731	03/11/2022	10/03/2023		



202220500092	09/09/2022	02/03/2023
202020500444	14/09/2022	09/03/2023
202020500668	14/09/2022	02/03/2023
202120500424	14/09/2022	06/03/2023
202220500171	14/09/2022	09/03/2023
202220500224	14/09/2022	09/03/2023
202120500064	02/10/2022	02/03/2023
202120500394	17/01/2023	06/03/2023

	TABELA 05 (Relatório Gerencial do MPJUD)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	1239	1265	106

TABELA 06 (Relatório Gerencial do MPJUD)						
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade					
1. Ajuizamento de Ação						
1.1 – Denúncia (920015 + 920016)	33					
1.2 – Petição Inicial (920013)	-					
1.3 Representação por Ato Infracional (920017)	-					
2 – Alegações Finais - Memoriais (920202)	24					
3 – Ciência (920134)	637					
4 – Manifestação (920198)	562					
5 – Recomendação (920068)	-					
6 – Recurso						
6.1 – Razões (920213)	07					
6.2 – Contrarrazões/Contraminuta (920232)	11					
6.3 – Interposição de Recursos (920212)	-					
7 – Impedimento/Suspeição (920083)	-					
8 – Audiências Judiciais (920062)	196					



8.1 – Proposta de Suspensão Condicional do Processo (920125)	01
9 – Sessões do Tribunal do Júri (920203)	06
10 – Encaminhamento (920025 + 920026 + 920007)	27
11 – Outros	249
TOTAL	1753

4.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO JUDICIAL

No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial, com carga/vista, à Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias, em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação (DOC 01), estando os serviços judiciais atualizados.

Ademais, verificou-se, ainda, que, apesar de haver 11 (onze) Inquéritos Policiais remetidos à unidade, há mais de 30 dias, em gabinete, todos estavam com diligências.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 03), referentes à atuação judicial da Promotora de Justiça, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	08	201920500074	- Contrarrazões à Apelação Criminal - crime do art. 121, § 2°, inciso IV do Código Penal;
		202021800284	- Alegações Finais – crimes tipificados nos art. 121, <i>caput</i> , do CP c/c art. 129, <i>caput</i> , do Código Penal, art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal, e art. 347, parágrafo único, do Código Penal.
		201620500264	- Razões do Recurso de Apelação Criminal - crimes do art. 121, § 2°, inciso IV do Código Penal c/c artigo 14 da Lei Federal nº 10.826/03 c/c artigos 180 e 311, ambos do CP c/c artigo 69 do CP com a incidência da Lei Federal nº 8.072/90;
		202120500740	- Denúncia – crimes do artigo 121, § 2º incisos III, IV e V, e parágrafo 4º do Código Penal, c/c art. 217-A do Código Penal, c/c art. 211, também do CP, na forma do artigo 69 do Código Penal, com a incidência da Lei Federal nº 8.072/90;
		202120500820	- Alegações Finais — crimes tipificados nos art. 121, §2°, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do CP c/c art. 14 da Lei Federal nº 10.826/03, na forma do art. 69 do Código Penal, com a incidência da Lei Federal nº 8.072/90;
		202220500711	- Denúncia – crimes do artigo 121, § 2º incisos II, III e IX, § 2º-B, II, do Código Penal, c/c art. 136, § 3º c/c art. 61, II, "h", do CP c/c art. 217-A c/c art. 226, II c/c art. 71, todos na forma do art. 29 e art. 69, todos do CP, com incidência da Lei 8072/90;

	202320500011	- Representação por Interceptação Telefônica;
	202320500033	- Denúncia – crimes do art. 121, §2°, I e III do CP; art. 211 do CP, art. 347, parágrafo único do CP c/c art. 69 do CP, com a incidência da Lei Federal n° 8.072/90.

Atas das sessões do júri realizadas no último ano pela Promotora de Justiça constam do Anexo 4.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	SEM ATRIBUIÇÃO
Municípios de abrangência	-
Início da designação Fim da designação	// //
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	-

	ESTATÍSTICA ELEITORAL (SEM ATRIBUIÇÃO)							
Local	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano				
Zona Eleitoral	-	-	-	-				

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

(X) Não exerce atribuição extrajudicial	
() Exerce atribuição extrajudicial	
Curadorias:	

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	-	-	-	-	-
Fora do Prazo	-	-	-	-	-
Numeração dos procedimentos	-	-	-	-	-

mais antigos (instaurados antes de 2020)					
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	-	-	-	-	-

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomend ações Expedidas
-	-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)								
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL		
-	-	-	-	-	-	-		

EXT	EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição)								
Registro de Notícias de Fato	Instauraçã o de Procedim entos Preparatór ios	Instauraçã o de Inquéritos Civis	Instauração de PIC's	Instauraçã o de PA's	Arqu ivam ento sumá rio	Arquivame nto com Remessa/C SMP ou Arquivame nto com Remessa/Ór gão Externo	Arquivam ento - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mes mo Ramo	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

_	ob) The Centre S En Censo		
	Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano		
	Número da	Objeto da ACP	
	ACP		
	-	-	

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano		
Número do	Temática	
TAC/Recomendação		
_	-	

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Principais Acordos de Não Persecução Penal celebrados pelo membro correicionado/promotoria no último ano		
Número do Procedimento/ Processo Judicial	Temática	
-	-	

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
-	-

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
MPJUD	X		
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP	X		
Atividade Eleitoral			X

7.1) Observações Gerais da Promotora de Justiça – Sistemas

Verificou-se que os sistemas da 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Aracaju estavam sendo devidamente alimentados.

,
8.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA () Sim () Não (X) Sem atribuição
8.2 VISITAS A PRESÍDIOS () Sim () Não (X) Sem atribuição
8.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO () Sim () Não (X) Sem atribuição
8.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS () Sim () Não (X) Sem atribuição
8.5 VISITAS A INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS () Sim () Não (X) Sem atribuição
8.6 VISITAS A UNIDADES DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO () Sim () Não (X) Sem atribuição
8.7 OUTRAS VISITAS EXTERNAS () Sim (X) Não

9) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

8) VISITAS

A Promotora de Justiça registrou:

- Reunião Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas Março/2022;
- Curso Básico de Inteligência Penitenciária de Sergipe Maio/2022;
- VI Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri Novembro/2022;
- Operação do GAECO em Canindé de São Francisco e Poço Redondo (Operação Vaqueiro e Seral) Junho/2022;
- XXIV Congresso Nacional do Ministério Público Março/2022;
- Curso Técnicas de Defesa Pessoal Agosto/2022;
- Curso Fraudes em Licitações Agosto/2022;
- Curso Direção Defensiva e Evasiva (SUV) Agosto/2022;
- Curso Atendimento Pré-Hospitalar Agosto/2022;
- Capacitação em Iteligência para o Ministério Público/SE e TJ/SE Março/2023.

10) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades inclusive em outros órgãos ond		Descrição da atividade desenvolvida
10.1 Exercício da função pedagógica da cidadania ²	() Sim (X) Não	
10.2 Realização periódica de audiências públicas³	() Sim (X) Não	
10.3 Combater as causas que geram desigualdades ⁴	() Sim (X) Não	
10.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade ⁵	() Sim (X) Não	
10.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	() Sim (X) Não	
10.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	() Sim (X) Não	
10.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(X) Sim () Não	Homicídio do Delegado de Polícia Ademir (Processos 201620500264)

11) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de inte-	() Sim	
resse social para a Comunidade?	(X) Não	
11.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse socia	ıl, citar qual(quais):	
11.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:		
11.4) Observações gerais/Justificativa		

² Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

³ Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

⁴ Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.

⁵ Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.

12) OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL SOBRE OS ITENS 10 E 11

A Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do

Ministério Público, ao dispor em seu artigo 4º sobre os aspectos a serem observados nas

correições, ressalta a necessidade de verificação qualitativa das manifestações do

membro (inciso IX); a avaliação dos impactos sociais da atuação do membro, por meio

de indicadores (inciso IX); a cooperação na implementação da Política Nacional de

Fomento à Atuação Resolutiva (inciso IX); o comparecimento em reuniões em

conselhos de controle social (inciso XIII); as experiências inovadoras e atuações de

destaque (inciso XV); a avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a

participação e a colaboração efetiva nas atividades da unidade (inciso XVI) e o

cumprimento regular de projetos estratégicos, inclusive, no que refere ao tempo

dedicado a eles (XVIII).

O exame desses aspectos é crucial para contribuir com o aprimoramento das

atividades do Ministério Público de Sergipe e, consequentemente, o alcance da sua

missão institucional, estabelecida coletivamente, e que significa o compromisso da

Instituição com os seus deveres e funções constitucionais (art. 127 e 129, caput, da

Constituição) e com a eficiência da Administração Pública (art. 37, caput, da

Constituição).

Neste sentido, a Administração Superior, inspirada na Carta de Brasília, que

estabelece como diretrizes estruturantes, dentre outras, a "concepção do Planejamento

Estratégico como garantidor da Unidade do Ministério Público", a "criação de

mecanismos que possibilitem a atuação prioritária do agente político do Ministério

Público, em consonância com as metas apontadas no Planejamento Estratégico, nos

Planos de Atuação e nos Projetos Executivos" e o "estabelecimento da prática

institucional de atuação, por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira

regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade", tem estimulado

os diversos órgãos que integram o MPSE, a participarem ativamente da consecução dos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

seus objetivos institucionais, a exemplo da criação do Programa "Vamos Impulsionar o

Planejamento Estratégico - VIPE", com vistas a estimular a participação e o

engajamento dos Membros e Servidores do MPSE na execução do Planejamento

Estratégico da Instituição (Resolução Conjunta nº 022/2020 – CPJ/CSMP).

O Plano Geral Estratégico do Ministério Público de Sergipe, estabelece, na

área de Segurança Pública, um conjunto de ações para efetivação das políticas públicas

na área e a melhoria da atuação ministerial e consequente resposta à sociedade. Das

ações estabelecidas, relacionam-se com as atribuições da Promotoria do Júri, as

seguintes: 7. Atuação integrada para priorização da persecução penal de crimes

violentos letais intencionais e de investigações e ações penais que envolvam letalidade

ou vitimização policial; 16. Enfrentar a criminalidade – intensificar a apuração de

mortes decorrentes de intervenção policial.

Diante do exposto, a Corregedoria Geral sugere que o Membro do

Ministério Público, respeitada a independência funcional e o âmbito de atribuição da

Promotoria de Justiça em que atua, realize atividades que reflitam no exercício da

função pedagógica da cidadania (item 10.1).

Quanto à atuação da Promotoria de Justiça, alinhada ao Planejamento

Estratégico do MPSE, que constitui ferramenta essencial da Instituição, para o

atingimento do seu mister, a Corregedoria Geral orienta que o membro do Ministério

Público avalie, respeitada a independência funcional, as metas e as prioridades do

Planejamento Estratégico 2022-2031 do MPSE, levando em consideração as

necessidades, as possibilidades e as atividades do contexto econômico, social, ambiental

e temporal da localidade da Promotoria de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE



13) REGISTRO FOTOGRÁFICO





₽ág. 14

14) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial

com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do

prazo estimado para manifestação. Ademais, constatou-se, ainda, que, apesar de haver

11 (onze) Inquéritos Policiais remetidos à unidade, há mais de 30 dias em gabinete,

todos estavam com diligências, estando os serviços judiciais atualizados.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

A Correição destina-se à análise da atividade funcional e da conduta pública

e particular dos membros do Ministério Público (art. 70 da Resolução nº 005/2014 -

CPJ). A atribuição de conceito deve ocorrer, de forma fundamentada, nos termos do

parágrafo único do art. 74, da referida Resolução.

Em relação à forma e à qualidade de redação das peças processuais

analisadas (Item 4), verificou-se clareza, objetividade e profundidade dos textos

jurídicos. De igual modo, constatou-se que a atividade judicial está regular. No dia da

Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial, com carga/vista, à

Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias, em gabinete, nem fora do prazo estimado

para manifestação. Conceito: ÓTIMO.

Quanto ao desempenho Atividade Extrajudicial (Item 6), a 3ª Promotoria de

Justiça do Tribunal do Júri de Aracaju não tem atribuição extrajudicial. Conceito: SEM

ATRIBUIÇÃO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Pág. 15

Sobre o desempenho na utilização dos sistemas (Itens 7 e 8), verificou-se

que os sistemas da Promotoria de Justiça estavam sendo devidamente alimentados.

Conceito: **ÓTIMO.**

Quanto à avaliação qualitativa, o membro do Ministério Público informou

não promover as atividades especificadas no subitem 10.1, considerando as atribuições

da 3ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Aracaju. Conceito: MUITO BOM.

No item 11, na avaliação do Planejamento Estratégico, considerando a

ausência de atribuição extrajudicial da 3ª Promotoria de Justica do Tribunal do Júri de

Aracaju, não foram indicadas ações vinculadas às metas e prioridades do Planejamento

Estratégico 2022-2031, do MPSE. Conceito: REGULAR.

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: ÓTIMO

2. Desempenho Atividade Judicial: ÓTIMO

3. Desempenho Atividade Extrajudicial: SEM ATRIBUIÇÃO

4. Desempenho Utilização dos Sistemas: ÓTIMO

5. Avaliação Qualitativa: BOM

CONCEITO GERAL: MUITO BOM

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório, para

conhecimento da Promotora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre

seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio

Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar

Estadual 02/90, do art. 5°, § 2°, da Resolução n°. 149 - CNMP, arts. 10, XI e 85 do

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do

Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correcionais verificam a situação da unidade ministerial, num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os(as) Promotores(as) de Justiça devem manter os serviços da Promotoria, em dia e organizados.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da Sra. Promotora de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, arquive-se.

Aracaju, 11 de abril de 2023.

Jorge Murilo Seixas de Santana Procurador de Justiça Corregedor-Geral do Ministério Público